

# CAPÍTULO 1

## A IMPORTÂNCIA DA VACINAÇÃO INFANTIL PARA A PREVENÇÃO DE DOENÇAS: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

---

*Data de submissão: 07/04/2023*

*Data de aceite: 02/06/2023*

### **Francisco Railan Alves De Moraes**

Grupo de Pesquisa Qualidade de Vida em  
Saúde (GPEQ/UESPI)  
Dom Exedito Lopes – Piauí  
orcid.org/0000-0002-3875-2131  
<http://lattes.cnpq.br/5364390990970804>

### **Amanda Cristina De Sousa Silva**

Universidade Estadual do Piauí  
Picos – Piauí  
<http://lattes.cnpq.br/3838309873731506>

### **Arthur Herminio Ribeiro Bezerra**

Universidade Estadual do Piauí  
Picos – Piauí  
<http://lattes.cnpq.br/6832644679010491>

### **Gabriella Silva Ferreira**

Universidade Estadual do Piauí  
Picos – Piauí  
<https://lattes.cnpq.br/0674572509643099>

### **Ludymila Rita Pereira De Sousa**

Universidade Estadual do Piauí  
Picos – Piauí  
<http://lattes.cnpq.br/9026150534615551>

### **Manoel Borges Dos Santos Filho**

Universidade Estadual do Piauí  
Picos – Piauí  
<http://lattes.cnpq.br/2037125616960468>

### **Manuele Loiola Gomes**

Universidade Estadual do Piauí  
Picos – Piauí  
<http://lattes.cnpq.br/4908051551684042>

### **Maria Clara Araujo Belo De Moura**

Universidade Estadual do Piauí  
Picos – Piauí  
<http://lattes.cnpq.br/2486576106152061>

### **Maria Eduarda Dos Santos Moura**

Universidade Estadual do Piauí  
Picos – Piauí  
<https://lattes.cnpq.br/3952198557528490>

### **Maria Ludmila De Oliveira**

Universidade Estadual do Piauí  
Picos – Piauí  
<http://lattes.cnpq.br/6044104013207183>

### **Witória Raquel Gomes de Sousa**

Universidade Estadual do Piauí  
Picos – Piauí  
<http://lattes.cnpq.br/3736916046398300>

### **Gerdane Celene Nunes Carvalho**

Universidade Estadual do Piauí  
Picos – Piauí  
<http://lattes.cnpq.br/7050090489671857>

**RESUMO:** Relatar a experiência de educação em saúde sobre a importância da vacinação infantil para a prevenção de doenças. **METODOLOGIA:** Estudo descritivo, qualitativo, do tipo relato de experiência, realizada em uma Estratégia de Saúde da Família de Picos/PI, por alunos do Curso de Enfermagem de uma Instituição de Ensino Superior, durante o mês de novembro/2022. As ações educativas em saúde foram relacionadas à importância da vacinação para a prevenção de doenças e englobaram exposição dialogada, roda de conversa e dinâmicas. **RESULTADOS:** A ação possibilitou uma aproximação os facilitadores e os pais das crianças, onde foi possível constatar motivação para o engajamento das atividades realizadas. Os participantes dialogaram e trocaram informações sobre o tema, o que subsidiou a aquisição de conhecimento e, por conseguinte, os pais se interessaram em avaliar os cartões de vacina dos seus filhos, e se direcionaram a sala de vacina para a atualização do calendário vacinal das suas crianças. Foi possível sensibilizá-los quanto à importância da vacinação para prevenção de várias doenças e a necessidade de superar os fatores que influenciam negativamente para atualização do calendário vacinal. **CONCLUSÃO:** Diante do exposto, observou-se que os pais compreenderam a importância da vacinação e buscaram atualizar o cartão vacinal dos seus filhos, o que poderá contribuir redução da morbimortalidade infantil, evitando a ocorrência de surtos de doenças imunopreveníveis e melhorando a saúde de toda a população.

**PALAVRAS-CHAVE:** Enfermagem; Vacinas; Pediatria; Educação em saúde.

## THE IMPORTANCE OF CHILD VACCINATION FOR DISEASE PREVENTION: AN EXPERIENCE REPORT

**ABSTRACT:** Report the health education experience on the importance of childhood vaccination for disease prevention. **METHODOLOGY:** Descriptive, qualitative study, of the experience report type, carried out in a Family Health Strategy in Picos/PI, by students of the Nursing Course of a Higher Education Institution, during the month of November/2022. Educational health actions were related to the importance of vaccination for disease prevention and included dialogic exposition, conversation wheel and dynamics. **RESULTS:** The action made it possible to approach the facilitators and the children's parents, where it was possible to verify motivation for the engagement of the activities carried out. The participants dialogued and exchanged information on the subject, which supported the acquisition of knowledge and, therefore, the parents were interested in evaluating their children's vaccination cards, and they went to the vaccination room to update the vaccination schedule of the your children. It was possible to make them aware of the importance of vaccination for the prevention of various diseases and the need to overcome the factors that negatively influence the updating of the vaccination schedule. **CONCLUSION:** In view of the above, it was observed that parents understood the importance of vaccination and sought to update their children's vaccination card, which could contribute to reducing infant morbidity and mortality, preventing the occurrence of outbreaks of vaccine-preventable diseases and improving the health of the entire population.

**KEYWORDS:** Nursing; Vaccines; Pediatrics; Health education.

## 1 | INTRODUÇÃO

A criação do Programa Nacional de Imunizações (PNI), em 1973, criou condições para uma redução significativa da morbimortalidade por doenças imunopreveníveis, destacando-se a eliminação da poliomielite em 1989 e a ausência de transmissão sustentada do sarampo em praticamente todo o País desde 2001, além da erradicação da varíola, certificada em 1980. (WALDMANI, SATOI, 2016).

A vacinação constitui-se como uma das intervenções em saúde mais custo-efetivas e seguras, apresentando-se como componente obrigatório dos programas de saúde. Sua cobertura é fundamental, preconizando-se o acompanhamento da vacinação durante o período que se estende até os 5 (cinco) primeiros anos de vida, para evitar as ocorrências de doenças comuns nessa fase, como a difteria, tétano, coqueluche, meningite, poliomielite, hepatite B, tuberculose, diarreia por rotavírus, febre amarela, sarampo, caxumba e rubéola (MORAIS, QUINTILIOA, 2021).

No atual cenário de modernidade, onde as vacinas surgiram há mais de um século como nova e grande revolução tecnológica no contexto da saúde, após ter, com o uso desses imunobiológicos, erradicado e eliminado patologias prevalentes, doenças que antes não eram um temor para os diversos campos da saúde voltam a mostrar incidência em diversas regiões do país (FRANCO et al, 2020; SANSON; CREMONESE, 2019). Entre os anos de 2012 à 2020 a cobertura vacinal brasileira, como um todo, regrediu (SOUZA et al, 2022), e com isso elevou-se a incidência de doenças imunopreveníveis (DOMINGUES et al, 2019; SOUZA et al, 2022).

Assim, infecções como poliomielite, sarampo e rubéola voltaram a ser uma preocupação para a saúde brasileira, quando sendo preveníveis através da vacinação, e, portanto, não deveriam o ser. O Brasil, referência mundial nas taxas de imunização, possui um Programa Nacional de Imunização (PNI) amplo que abrange 20 vacinas para diversos tipos de doenças e suas variantes, sendo 18 destas vacinas, destinadas preferencialmente para crianças e adolescentes (ROCHA; NEVES, 2022; DOMINGUES et al, 2019). Dessa forma o PNI desde a sua criação, precedendo a fundação do Sistema Único de Saúde (SUS), tem funcionado efetivamente no combate de patologias infecciosas preveníveis, pessoas de todas as faixas etárias (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2023).

Mesmo com isso, parte da população, desde a implantação do PNI, mostra-se resistente as ações do programa, apresentando receios fomentados por mitos e inverdades que a cada dia influenciam mais a população através das *FakeNews* que são propagadas acerca dos imunobiológicos (SALES et al, 2023; SILVA; OLIVEIRA, 2022).

Devido a tais fatos, o Ministério da saúde, com esforços contínuos para o alcance de uma cobertura de imunização plena em todo o território nacional, constantemente promove campanhas de vacinação composta por diversas estratégias para alcançar mesmo aquelas populações mais distantes dos centros urbanos (FRANCO et al, 2020; SOUZA et al, 2022).

Além destas, ainda há a vacinação de rotina que obedece a um calendário específico de acordo a faixa etária dos usuários do SUS, compreendendo recém-nascidos desde o primeiro dia de vida, percorrendo toda a infância e se estendendo até a vida adulta, sendo recomendado que até esta fase se tenha administradas todas as vacinas disponibilizadas pelo PNI (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2023).

Mesmo com toda essa iniciativa o quadro de imunização atual no Brasil mostra-se ainda em declínio quanto a sua cobertura, um exemplo é a cobertura da vacina tríplice viral, a qual em outros momentos alcançou taxa próxima aos 100% do público alvo, em situação diversa ao quadro do ano de 2019 em que apenas 86% das crianças receberam dose inicial e a segunda dose foi administrada somente em 69% delas, taxa alarmante, pois um ano anterior foram registrados mais de 10 mil casos da doença em solo nacional (AZEVEDO et al, 2021), seguindo em taxas semelhantes cita-se as coberturas vacinas de poliomielite e febre amarela (VERANI, 2020).

Este fenômeno, da evasão dos locais de vacinação, não é unicamente brasileiro. Tal fato foi amplamente observado durante as campanhas de vacinação contra a COVID-19 (ABREU et al, 2022). As taxas de cobertura vacinal contra a doença causada pelo Sars-Cov-2 não corresponderam às expectativas dos órgãos de saúde, mormente quando observado o percentual de crianças vacinadas em todo o mundo (DANDE et al, 2022; ABREU et al, 2022). Assim, se a queda da cobertura de imunizados pelas outras vacinas supracitadas possibilita o ressurgimento de doenças eliminadas e a reincidência das erradicadas, a baixa taxa de imunização de crianças pelas vacinas que combatem o “corona vírus”, mais novo imunizante inserido no PNI, impede um enfrentamento efetivo contra essa patologia que tanto mostrou ser grave, apresentando uma morbimortalidade impressionante.

Diante deste cenário, vê-se a necessidade de se abrir constantes discussões acerca da importância da vacinação para a população, sobretudo da relevância destas na primeira infância, pois as mesmas atuam não só na prevenção de doenças específicas, mas auxiliam na maturação do sistema imune e propiciam ao organismo de seus receptores uma maior capacidade de enfrentamento outras comorbidades (SILVA; OLIVEIRA, 2022; IGREJA et al, 2020).

Para a abertura dessas discussões o ambiente mais propício é a atenção primária à saúde. Nas estratégias de saúde da família (ESF), durante momentos diversos as equipes multiprofissionais, com destaque, as equipes de enfermagem promovem espaços de ampla conscientização trazendo debates de educação em saúde onde os usuários do SUS, junto aos profissionais da saúde trocam saberes e discutem acerca de temas importantes para saúde pública (GONÇALVES; SILVA; APOLINÁRIO, 2021; MATIAS et al, 2023). Nessas ocasiões, o tema “vacinas” ganha muito espaço, e promove uma ruptura de preconceitos e resistências que impactam na aceitação dos imunobiológicos (GONÇALVES; SILVA; APOLINÁRIO, 2021). Esse compartilhamento de saberes nas unidades básicas de saúde, podem se dar durante rodas de conversa, consultas individuais (puericultura, pré-natal,

Hiperdia, etc), visitas domiciliares, e em diversos outros momentos da rotina da ESF, e nessas multicenas de atuação da enfermagem, levando a educação em saúde a todos, observa-se que pouco a pouco há uma mudança no paradigma da resistência vacinal.

Dessa forma, também notando o qual relevante são as questões que impulsionam o déficit vacinal no país, mormente em crianças, às quais são destinadas um maior número de imunobiológicos e em razão da reintrodução das doenças infecciosas na nova agenda global de prioridades em saúde pública, neste estudo pretendeu-se discutir a importância da vacinação infantil para a prevenção de doenças, realizando isto a partir de um relato de experiência vivenciado por acadêmicos de enfermagem na atenção primária a saúde, isto como forma de refletir e debater quais os principais aspectos da vacinação infantil e como a realidade da atenção básica brasileira se mostra quanto à rotina da imunização de crianças. E conseqüentemente, incentivar os pais e responsáveis a atualizarem o calendário vacinal dos seus filhos, tornando-se protagonistas na prevenção e no controle das doenças infectocontagiosas.

## 2 | MÉTODO

Estudo descritivo, do tipo relato de experiência, sobre a vivência de acadêmicos de enfermagem de uma Instituição de Ensino Superior de Picos/PI. A experiência foi proporcionada através de ações de educação em saúde, que visa um melhor entendimento por parte dos pais ou responsáveis acerca da importância da vacinação para a prevenção das doenças.

As atividades de educação em saúde foram desenvolvidas em uma Unidade Básica de Saúde (UBS) do Município de Picos/PI, que faz o acompanhamento das crianças através das consultas de puericultura e a atualização do cartão vacinal na sala de vacina da própria UBS, durante o mês de novembro de 2022. A ação teve como público-alvo os pais e responsáveis pelas crianças de 0 a 5 anos.

A UBS em que foi realizada as atividades possuía a recepção, no qual era realizado a acolhida e o convite aos participantes, e uma sala de reuniões conforme preconizado pelo Ministério da saúde. A equipe era composta por profissionais da Estratégia de Saúde da Família de acordo com a Política Nacional de Atenção Básica, Portaria nº 2436, de 21 de setembro de 2017.

Para operacionalização das atividades de educação em saúde, além do público que procurava o posto de saúde para realizar as ações de saúde da criança programada pela unidade, também foi realizada uma busca ativa pelos Agentes Comunitários de Saúde para atingir o maior número de pais e responsáveis cadastrados na área adscrita.

As atividades aconteciam durante todo o turno de atendimento, no qual era realizado o convite aos pais e responsáveis para compor uma roda de conversa, momento em que todos se apresentavam e demonstravam sua experiência em vacina com os seus filhos

e sua expectativa com o momento de integração. Em seguida, foi introduzida a temática sobre doenças imunopreveníveis com exposição dialogada, investigava-se a adesão dos pais e responsáveis para atualização do calendário vacinal dos filhos e enfatizava a importância da vacinação para prevenção de várias doenças. À medida que os temas iam sendo abordados e outros familiares chegavam à UBS, um novo grupo com uma média de 20 pessoas era formado, com o intuito de contemplar as pessoas que procuravam a UBS durante todo turno de atendimento.

Optou-se pela formação de grupos para facilitar a troca de conhecimentos, experiências e vivências, orientados pelos “Círculos de Cultura” de Freire, no qual todas as pessoas participantes de um processo de ensino e de aprendizagem podem pensar, praticar, refletir, sentir, deliberar, ser, agir, cultivar, intervir e avaliar o seu fazer, num movimento dialógico. Ademais, foram realizadas dinâmicas, orientações individuais e utilizados materiais didáticos como panfletos, cartazes, dedoches e recurso audiovisual.

### **3 | RESULTADOS E DISCUSSÃO**

As ações de educação em saúde foram realizadas com a formação de grupos, com pessoas que estavam na sala de espera ou eram convidadas por busca ativa, e teve como base as convicções de Freire. Assim, foi possível promover a integração entre os participantes, através da apresentação, do diálogo, da exposição de experiências e expectativas e da troca de ideias, permitindo a promoção de um espaço de reflexão e debate diante dos temas abordados: as principais doenças infectocontagiosas, a atualização do calendário vacinal das crianças e a importância da vacinação para prevenção das doenças.

Inicialmente, foi realizado uma acolhida e convite aos pais e responsáveis na sala de espera, que foram direcionados para sala de reunião para agregarem-se às pessoas que haviam comparecido pela busca ativa. Assim foram utilizadas duas estratégias para captação dos participantes, que se mostrou satisfatória haja vista o número de pessoas cadastradas da área adscrita, que participaram da ação.

Outro aspecto identificado desde o início da ação foi a aproximação entre os participantes, os facilitadores da ação e os profissionais da UBS, reforçando a corresponsabilização como ferramenta indispensável para reforçar as ações em Saúde Pública. Nesse ponto, foi identificada a necessidade de inclusão dos gestores para reforçar a importância da vacinação para prevenção de doenças, dispondo de recursos necessários para sensibilizar a população e ofertar a imunização com ampla cobertura e acesso. Estratégia que será implementada no planejamento das próximas atividades.

Propõe-se isto, por se reconhecer que a corresponsabilização em saúde permite um alcance de maiores resultados positivos, na promoção, proteção e prevenção em saúde. Afirma-se tal questão visto que a saúde é dada como sendo uma responsabilidade garantida pelo Estado, mas que deve envolver a participação de todos (BRASIL, 1988),

onde cada indivíduo (gestor, profissional ou usuário) em contato com o SUS possui um papel a ser posto em prática. Ainda é possível enfatizar esta

No contexto da imunização a corresponsabilidade entra no sentido de os profissionais e gestores estarem trabalhando junto à comunidade na realização de campanhas, busca ativa, promoção da educação em saúde voltada para o tema e a realização de outras atividades que possibilitem o avanço do percentual de imunizados na população pela qual são responsáveis (MENESES et al, 2022), por outro lado pais e responsáveis de crianças devem assumir o papel de acompanhar o calendário vacinal dos seus tutelados, lhes oferecendo a possibilidade de receberem o maior número de imunizantes possível, sendo essa uma obrigação/responsabilidade reconhecida de todo indivíduo que possui tutela sobre crianças ou adolescentes (ROCHA; NEVES, 2022; DOMINGUES et al, 2019).

Ainda referente a corresponsabilização, é visto que a promoção de ambientes de discussão que permitem a propagação da educação em saúde, promove o desenvolvimento de um maior senso de responsabilidade quanto ao compromisso com os imunizantes, pois a educação impulsiona um engajamento pessoal do indivíduo com a sua saúde e de seus dependentes assim despertando a noção de corresponsabilidade coletiva (MENESES et al, 2022).

Com o engajamento e interesse dos participantes pelas atividades, foi possível abordar as doenças infectocontagiosas, expondo de maneira didática e compressível a sua epidemiologia, destacando o declínio dessas doenças após a introdução das vacinas no calendário das crianças, mas que atualmente tem se constatado a aumento de doenças que estavam controladas ou eliminadas, como a poliomielite e o sarampo, dentre outras.

A exposição temática supracitada levou a um debate sobre as doenças em que alguns familiares dos participantes foram acometidos no passado e que muitos foram a óbito, mas que a redução da morbimortalidade dessas doenças fez com que a população diminuísse o medo de contrai-las, porque não vivenciavam mais essa realidade de perto, o que impacta negativamente na procura e adesão à vacinação.

Além da baixa percepção do risco de contrair as doenças, outros fatores interferem na cobertura vacinal, como questões culturais e ideológicas, a exemplo de crenças de que a vacina faz mal e medo de seus efeitos adversos e/ou colaterais, dificuldade de acesso, falta do imunobiológico, insegurança sobre a eficácia e segurança das vacinas (MORAIS; QUINTILIOA, 2021).

Esse problema é tão antigo quanto a própria vacinação e teve início com a vacina da varíola em 1800 no Reino Unido e no Brasil, registrou-se os primeiros casos de hesitação vacinal com a “Revolta da Vacina”, em 1904, na cidade do Rio de Janeiro (MILANI; BUSATO; 2021). A obrigatoriedade da vacinação causou resistência de pessoas que a consideravam uma invasão da liberdade sobre o próprio corpo (MILANI; BUSATO; 2021).

A hesitação vacinal mesmo tratando-se de um problema antigo vem se agravando. Recentemente, em razão da pandemia da COVID-19, muitas pessoas deixaram de

procurar os serviços de saúde em razão do distanciamento social. Ademais, as notícias falsas, o medo e insegurança provocados pelo contexto pandêmico e a falta de campanha de esclarecimento sobre a introdução de novas vacinas também podem contribuir para o aumento da recusa vacinal (SALTO; CABAD, 2020).

Face ao exposto, torna-se de suma relevância a constante promoção de momentos onde possa ser trabalhada a educação em saúde junto a população, para que com ela, e por meio dela seja possível impulsionar o enfrentamento dessa maré de desconhecimento que ajuda a elevar os movimentos antivacina e a hesitação/recusa contra os imunobiológicos (GONÇALVES; SILVA; APOLINÁRIO, 2021). Utilizando esse instrumento que já é comprovadamente eficaz na luta contra *FakeNews* e desinformação relativas a vacinas, os profissionais da enfermagem, junto à comunidade e os outros profissionais da atenção primária à saúde podem promover uma revolução de conhecimento que venha a desestruturar a recusa vacinal e aumentar a procura pelos imunizantes (MATIAS et al, 2023). Contudo é necessário chamar atenção de que para que isso seja viável, são necessários o desenvolvimento de estratégias que se adequem a realidade das ESFs, UBSs e outros ambientes de atuação da atenção primária.

Seguindo a abordagem das doenças, foi contemplada informações sobre atualização do calendário vacinal das crianças. Para esse fim, foi utilizado materiais didáticos e introduzida com uma linguagem acessível e com um método dialogado com as principais vacinas do calendário vacinal, os intervalos em que os pais devem procurar à UBS para imunizar seus filhos, a disponibilidade das vacinas pelo Sistema Único de Saúde, os eventos adversos e a segurança dos imunobiológicos.

A utilização de materiais didáticos, como panfletos, auxilia no entendimento e na compreensão das informações, e portanto, constitui uma estratégia de fundamental importância para a realização da transmissão de ideias, além de poder consultar facilmente quais vacinas devem ser administradas em cada faixa etária. (ANDRADE; BESERRA; SENA, 2021).

Nesse momento, constou-se que os pais ainda desconheciam algumas vacinas e em relação aos intervalos, os profissionais faziam o agendamento da vacina no cartão das crianças. O diálogo propiciou o surgimento de muitos questionamentos, especialmente, acerca da eficácia e segurança das vacinas oferecidas pelo SUS.

Assim foi reforçado aos participantes que o SUS ofertam vacinas seguras e de qualidade, além de promover um cuidado integral para imunização das crianças. Foi afirmado isso para os participantes da ação com base no que a literatura traz acerca da temática. Pois, no desenvolvimento desses imunossuprimentos há uma série de testes a serem realizados antes dos mesmos chegarem até o mercado, estes que envolvem desde experimentos à nível laboratorial até os de fins diagnósticos (SENNA, MÜLLER, 2020). Há modelos de testagem como um dos recomendados pela Organização Mundial da Saúde que só permitem o uso do imunizante após ser comprovada a sua confiança, complacência

e conveniência (FRUGOLI, 2021).

Mesmo depois de provada a segurança no uso das vacinas e comprovada sua eficácia e confiança, os seus produtores só a podem disponibilizar depois de realizadas novas testagens e recebida autorização por um órgão competente (OLIVEIRA; ANDOLFATTO; FERRAZ, 2022), a ANVISA, é o órgão regulador atuante no Brasil para esse fim.

Para trazer algo mais palpável para a discussão, quanto a todo o protocolo de testagens de uma vacina e aprovação desta para uso, é possível mencionar os protocolos impostos para se autorizar o uso das vacinas para COVID-19. Durante o primeiro ano de pandemia, iniciaram-se vários estudos para o desenvolvimento de vacinas que pudessem prevenir o contágio pela doença causada pelo Sars-Cov-2, cada uma delas com uma estratégia de imunização diferente, porém somente depois de passar por todas as fases de teste que são necessárias para aprovação é que uma primeira dentre todas obteve permissão para uso em humanos (OLIVEIRA; ANDOLFATTO; FERRAZ, 2022), isto quando a certeza da segurança e bons resultados permitidos por sua administração foram claramente tidos como certeza.

Como atividade prática para o tema abordado, os cartões de vacina das crianças foram verificados de acordo com as recomendações do Ministério da Saúde e constatou-se atrasos em alguns esquemas vacinais. Vale ressaltar, que para uma criança seja considerada imunizada, ela deve estar em dia com o programa vacinal preconizado para cada idade, uma vez que o atraso na vacinação pode ser tão prejudicial quanto sua ausência (MORAIS; QUINTILIOA, 2021).

A obrigatoriedade de vacinação de menores é afirmada pelo disposto no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) – Lei no 8.069/90 5 – que regulamentou o artigo 227 da Constituição Federal de 1988, visando estabelecer os direitos e a proteção integral a essa população. O ECA, no parágrafo único do Art. 14, estabelece que “é obrigatória a vacinação das crianças nos casos recomendados pelas autoridades sanitárias”

Apesar da adoção de um calendário nacional de vacinação e de muitas vacinas serem oferecidas gratuitamente à população e dos direitos das crianças à proteção integral, sua aplicação depende do arbítrio dos pais em levarem as crianças para serem vacinadas (MORAIS; QUINTILIOA, 2021).

Para estimular a adesão e atualização do calendário vacinal, foi abordado a importância da vacinação para prevenção das doenças e demonstrado as mudanças do perfil epidemiológico das doenças infecciosas, destacando que o declínio, controle, eliminação e erradicação de algumas doenças foi possível apenas com amplas coberturas vacinais.

Tendo feito isso, observou-se a importância de mostrar ao público que:

a importância da vacinação não está somente na proteção individual, mas também porque ela evita a propagação em massa de doenças que podem levar à morte ou a sequelas graves, comprometendo a qualidade de vida e de

Assim, é que a vacinação pode ser caracterizada como uma medida de saúde pública que não só previne doenças, mas promove a saúde através do alcance de um bem-estar físico que atua diretamente na manutenção da vida enquanto evita agravos que a poderiam afetar.

Neste sentido, cabe ressaltar que além da prevenção das doenças, a imunização contribui para os avanços na longevidade, qualidade de vida e bem-estar, redução da mortalidade infantil (GANDEA, 2018). Essas vantagens são facilmente alcançadas quando obedecido o calendário de vacinação prescrito pelo PNI. De forma contrária a não vacinação gera consequências como a redução da imunidade populacional, o surgimento de surtos patológicos em comunidades, desenvolvimento de sequelas e comorbidades relacionadas a patologias imunopreveníveis, entre outros problemas (APS et al, 2018).

Com base no exposto acima, é provado mais uma vez a superação do benefício das vacinas em relação ao custo que elas podem causar, pois:

Os efeitos deletérios associados ao uso de vacinas, quando presentes e comprovados cientificamente, ocorrem em frequência muito baixa e mostram-se inexpressivos quando comparados aos riscos relacionados a não vacinação (APS et al, 2018).

Com a realizações das ações, foi possível sensibilizar as pais de responsáveis quanto à importância da vacinação para prevenção de várias doenças e a necessidade de superar os fatores que influencia negativamente a atualização do calendário vacinal. Visto que o entendimento populacional quanto aos imunobiológicos, as doenças que estão sendo prevenidas e seus benefícios, contribuem para menor taxa de abandono da vacinação e maior promoção da saúde pública. (MORAIS; QUINTILIOA, 2021).

Para que essa medida de saúde pública tenha sua cobertura ampliada, além das ações de educação em saúde pelos profissionais e da procura dos pais para atualização do calendário vacinal das crianças, os gestores devem investir em iniciativas que possibilitem uma maior adesão da população às campanhas de vacinação, além de atuarem em conjunto com entidades que facilitem o diálogo com o público de usuários do sistema de saúde, sobretudo aqueles que apresentam resistência aos imunizantes (MENESES et al, 2022), para com essa estratégia, os indivíduos exitosos sejam sensibilizados e através desta sensibilização, e dos efeitos que ela puder gerar, possa-se desenvolver em todos os que estiverem ligados com as ações , um novo senso de corresponsabilidades coletiva na promoção, proteção e prevenção em saúde pública.

#### **4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As atividades de educação em saúde subsidiaram a compreensão sobre a importância da vacinação para prevenção das doenças, além de motivar os pais e

responsáveis a atualizar o cartão vacinal dos seus filhos, o que poderá contribuir redução da morbimortalidade infantil, evitando a ocorrência de surtos de doenças imunopreveníveis.

A experiência possibilitou aos acadêmicos exercer o papel de agente de transformação social, possibilitando uma maior aproximação entre a universidade e a população e fomentando sua futura formação profissional como educadores em saúde, além de contribuir com uma perspectiva humanizada e holística para promoção e prevenção de doenças através do empoderamento dos pais e responsáveis.

Desse modo, é de fundamental importância que os profissionais de saúde e gestores reforcem as ações de educação em saúde e inovem as campanhas e as estratégias de captação do público-alvo para mudar o atual cenário de baixa adesão à vacinação, promovendo o empoderamento da população para serem os protagonistas no fortalecimento da imunização, medida de saúde pública tão indispensável para a saúde e qualidade de vida das pessoas.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Igor Rafael et al. Impacto da pandemia de COVID-19 na cobertura vacinal em crianças no Brasil: Uma revisão de literatura. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 14, 2022.

ANDRADE, M. C. C.; BESERRA, M. A.; SENA, C. A. Ações educativas sobre imunização em crianças: um relato de experiência. **Revista ELO - Diálogos em Extensão**, v. 10, 2021.

APS, Luana Raposo de Melo Moraes et al. Eventos adversos de vacinas e as consequências da não vacinação: uma análise crítica. **Revista de Saúde Pública**, v. 52, 2018.

AZEVEDO, Ana Luiza Santos et al. Diminuição na cobertura vacinal contra o Sarampo no Brasil e suas consequências. **Revista Científica do UniSALESIANO**. V.1, n.17, 2021.

BRASIL. Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L8069.htm#art266](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm#art266)>. Acesso em: 05 abr. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde . Portaria no. 2.436 de 21 de setembro de 2017. Brasília: Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, 2017.

DANDE, Grazieli Miranda Siqueira et al. Cobertura vacinal pré-Sars-Cov2 em crianças menores de cinco anos e morbimortalidade/vacinação geral referentes à COVID-19 em Minas Gerais: perspectivas e desafios. 2022.

DOMINGUES, Carla Magda Allan Santos et al. Vacina Brasil e estratégias de formação e desenvolvimento em imunizações. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v. 28, 2019.

FRANCO, Maria Angélica Eloi et al. Causas da queda progressiva das taxas de vacinação da poliomielite no Brasil. **Brazilian Journal of Health Review**, v. 3, n. 6, p. 18476-18486, 2020.

FRUGOLI, Alice Gomes et al. Fake news sobre vacinas: uma análise sob o modelo dos 3Cs da Organização Mundial da Saúde. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 55, 2021.

GANDEA, Thais. Os benefícios da vacinação. **Nursing (São Paulo)**, v. 21, n. 247, p. 2455-2457, 2018.

GONÇALVES, Paula Christina Correia; SILVA, Basílio Magno Francisco Rodrigues; APOLINÁRIO, Fabíola Vargas. A importância da educação em saúde como ferramenta a favor da vacinação contra o sarampo e o combate ao movimento antivacina e fake news. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 7, n. 10, p. 2938-2949, 2021.

IGREJA, Patrick Nery et al. Percepção das mães acerca da vacinação infantil em uma estratégia de saúde da família de Tucuruí-PA. **Brazilian Journal of Development**, v. 6, n. 3, p. 9731-9745, 2020.

MATIAS, Suely Angelo et al. A PRÁTICA DA ENFERMEIRA NA SALA DE VACINA: REFLEXÃO ACERCA DAS ATIVIDADES EXECUTADAS. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 9, n. 3, p. 910-925, 2023.

MENEZES, Amanda Rebouças Bezerra et al. Busca ativa de crianças com atraso no calendário vacinal: uma pesquisa-ação. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 14, p. e584111436787-e584111436787, 2022.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. BRASIL. **Programa Nacional de Imunizações**. Gov.br, 2023. Disponível em: < <https://www.gov.br/saude/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programa-nacional-de-imunizacoes-vacinacao>>. Acesso em: 01, Abril de 2023.

MORAISA, J. N.; QUINTILIOA, M. S. V. Fatores que levam à baixa cobertura vacinal de crianças e o papel da enfermagem – revisão literária. **Revista Interfaces**, v.9, n.2, 2021.

OLIVEIRA, Amanda Stéfani Balzan; ANDOLFATTO, Daniel; FERRAZ, Lucimare. O desenvolvimento de vacinas contra COVID-19 no primeiro ano da pandemia: um estudo narrativo. **Revista de Atenção à Saúde**, v. 20, n. 71, 2022.

ROCHA, Brenda Magalhães; NEVES, Tayana Augusta de Carvalho. Implicações da queda na cobertura vacinal infantil no Brasil: análise dos últimos 10 anos: Implications of the decline in childhood vaccination coverage in Brazil: an analysis of the last 10 years. **Brazilian Journal of Development**, v. 8, n. 11, p. 73202-73214, 2022.

SALES, Héli da Marinho Toscano De Brito et al. Redução da cobertura vacinal no Brasil: uma revisão integrativa. **Brazilian Journal of Health Review**, v. 6, n. 1, p. 3752-3763, 2023.

SANSON, Eliza Moura; CREMONESE, Luiza. As influências midiáticas na queda dos índices de vacinação no Brasil. **Revista das Semanas Acadêmicas**, v. 5, n. 2, 2019.

SENNA, José Procópio Moreno; MÜLLER, Rodrigo. Biossegurança no desenvolvimento de vacinas biofármacos e kits de diagnóstico. **Brazilian Journal of Animal and Environmental Research**, v. 3, n. 3, p. 1464-1470, 2020.

SILVA, Bárbara Souza; OLIVEIRA, Carla Conforto. OS IMPACTOS DAS FAKE NEWS NA VACINAÇÃO INFANTIL NO BRASIL: UMA ANÁLISE DE DISCURSOS CONTRA AS VACINAS. **Revista EDICIC**, v. 2, n. 3, 2022.

SOUTO, E. P.; KABAD J. Hesitação vacinal e os desafios para enfrentamento da pandemia de COVID-19 em idosos no Brasil. **Rev. Bras. Geriatr. Gerontol.** 2020;

SOUZA, Gabriel Felipe Moreira et al. O SURTO DE SARAMPO 2019/2020 NO PARANÁ E A COBERTURA VACINAL: UMA REVISÃO NARRATIVA. **Jornal Paranaense de Pediatria**, v. 23, n. 1, p. 01-06, 2022.

VERANI, José Fernando de Souza. Poliomielite no Brasil: do reconhecimento da doença ao fim da transmissão. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 1, n. 36, 2020.

WALDMANI, E.A.; SATOI, A. P. S. Trajetória das doenças infecciosas no Brasil nos últimos 50 anos: um contínuo desafio. **Rev Saúde Pública**, n. 50, v. 68, 2016.